art. 4º, §2º da Resolução n.º 004/2020-CSMP.

1.4.6. Processo nº 000817-750/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Leandro Henrique Cardoso da Rocha e Maria Lucia Cristo de Souza
Origem: 2ª PJ de Moju

Assunto: Apurar suposta falta de cumprimento de dispositivo legal, quanto ao direito de férias dos servidores da educação do Município de Moju, praticadas pelo Sr. Leandro Henrique Cardoso da Rocha e pela Sra. Maria Lucia Cristo de Souza

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.7. Processo nº 000006-808/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia (IETAAM)

Origem: 7ª PJ Cível de Def. Consumidor, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, da Hab. e do Urb. de Altamira

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia (IETAAM)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.8. Processo nº 000265-151/2020

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Moacyr Dinelly de Souza Navarro

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar indícios de incompatibilidade entre os proventos salariais e o patrimônio do servidor da SEFA, Sr. Moacyr Dinelly de Souza Navarro. Item retirado de pauta pelo Conselheiro Nelson Pereira Medrado, conforme art. 4º, §2º da Resolução n.º 004/2020-CSMP.

1.4.9. Processo nº 000146-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): SAGRI

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades constatadas pela Auditoria Geral do Estado na Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) no relatório de auditoria nº 104/2008.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme Enunciado n.º 03 do CSMP.

1.4.10. Processo nº 000566-036/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ailton Nascimento Da Costa

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível dano ambiental de poluição sonora decorrente de uma motocicleta com descarga adulterada

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.11. Processo nº 000513-138/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia e Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Origem: PJ de São Domingos Do Araguaia

Assunto: Apurar supostos atrasos, reiterados, bem como ausência de pagamentos de salários dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de São Domingos do Araguaia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.12. Processo nº 001298-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Associação dos Micro Prod. Hortifrutig e Pisc. de Outeiro e Antônio Carlos Vieira da Cunha

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar informações sobre a entidade/beneficiário Associação dos Micro Prod. Hortifrutig e Pisc. de Outeiro/ Antônio Carlos Vieira da Cunha pela não prestação de contas de apoio financeiro - TCE/SEEL 19/2013 - Processo 2013/107658.

Item retirado de pauta pelo Conselheiro Nelson Pereira Medrado, conforme art. 4º, §2º da Resolução n.º 004/2020-CSMP.

1.4.13. Processo nº 000747-750/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOJU

Origem: 2ª PJ de Moju

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Secretaria Municipal de Educação do Município de Moju

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.14. Processo nº 003006-031/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): EMATER-PA, Fundação Jari e BANCO DA AMAZONIA S.A

Origem: 7º PJ Agrária de Santarém

Assunto: Apurar supostas irregulares na atuação da EMATER/PA e do Banco da Amazônia no fomento dos agricultores familiares do Município de Almerim

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.4.15. Processo nº 001109-750/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Deodoro Pantoja da Rocha

Origem: 2ª PJ de Moju

Assunto: Apurar uso indevido de diárias de passagens para deslocamento Moju-Belém pelo ex-prefeito de Moju, Sr. Deodoro Pantoja da Rocha.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

Itens 1.4.1 a 1.4.15 votaram os seguintes Membros: Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Francisco Barbosa de Oliveira (relator) e Nelson Pereira Medrado.

1.5. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.5.1. Processo nº 000119-086/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de Ulianópolis

Assunto: Apurar possível extração ilegal de madeira e o funcionamento de carvoarias irregulares no Município de Ulianópolis

Item retirado de pauta pelo Corregedor-Geral do MPPA, Dr. Manoel Santino Nascimento Júnior.

1.5.2. Processo nº 000427-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Informática de Belém (CINBESA)

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Companhia de Informática de Belém (CINBESA) e a cumulação irregular de cargos públicos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 23, I da Lei n.º 8.429/92 e art. 8º, VII do Regimento Interno do CSMP.

Item 1.5.2 votaram os seguintes Membros: Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Francisco Barbosa de Oliveira e Nelson Pereira Medrado (relator).

1.6. Processos de Relatoria do Conselheiro ADELIO MENDES DOS SANTOS:

1.6.1. Processo nº 000177-200/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Administração de Ananindeua - SEMAD

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Assunto: Apurar demissão de servidores públicos temporários na função de motorista, sem o pagamento das devidas verbas rescisórias

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.6.2. Processo nº 000957-060/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Pacajá

Origem: PJ de Pacajá

Assunto: Apurar denúncias de irregularidades na seleção dos beneficiários do Programa Cheque Moradia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.6.3. Processo nº 000232-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará - UEPA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar acumulação indevida de cargos públicos e possível desvio de recursos da assistência estudantil utilizados no restaurante universitário

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.6.4. Processo nº 000169-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Licitatório Nº 271.790/2006, relativo à execução de obras em estabelecimentos de ensino no Município de Santarém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.6.5. Processo nº 000107-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP

Origem: 1º PJ e Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação da Organização Social Pró-Saúde, para gerir o Hospital Galileu por meio do Contrato de Gestão nº 11/SESPA/2014.